

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.547 - CE (2019/0298703-7)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : WALDYR FRANCISCO DOS SANTOS SOBRINHO
ADVOGADO : WALDYR FRANCISCO DOS SANTOS SOBRINHO -
CE029442
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ
PACIENTE : HUNDERLAN RODRIGUES DE JESUS SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de HUNDERLAN RODRIGUES DE JESUS SILVA, apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, dada sua omissão em julgar o Recurso de Apelação n. 0024448-80.2009.8.06.0001.

Consta dos autos que o paciente encontra-se preso preventivamente desde 27/4/2016, data da sentença de pronúncia. Foi condenado pelo Tribunal do Júri pela prática do delito de homicídio qualificado (art. 121, § 2º, IV, do Código Penal), tendo sua pena fixada em 16 anos de reclusão no dia 22/2/2017.

Sustenta o impetrante a existência de constrangimento ilegal à liberdade de locomoção do paciente, uma vez que aguarda a apreciação de seu recurso de apelação há mais de 2 anos e 7 meses, o que configuraria evidente excesso de prazo. Argumenta que há demora injustificada pelo Tribunal de origem, que teria trocado o Desembargador Relator do recurso oito vezes.

Afirma que, embora esta Relatoria tenha concedido parcialmente a ordem no HC n. 512.539/CE, no dia 1/7/2019, para determinar a expedição de guia de recolhimento provisória em favor do paciente, isso já havia ocorrido em 28/4/2017, estando a progressão de regime prevista apenas para 19/12/2021.

Enfatiza que já se passaram mais de 6 meses desde que a Quinta Turma desta Corte denegou a ordem impetrada no HC n. 480.920/CE,

Superior Tribunal de Justiça

no dia 12/3/2019, com recomendação de celeridade ao Tribunal de origem e que, no entanto, o andamento do recurso continua estagnado.

Diante disso, requer, em liminar e no mérito, o relaxamento da prisão preventiva do paciente, com a expedição de alvará de soltura.

É o relatório. **Decido.**

A liminar em recurso ordinário em *habeas corpus*, bem como em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto na impetração.

Em um juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Com efeito, o constrangimento ilegal por excesso de prazo não resulta de um critério aritmético, mas de uma aferição realizada pelo julgador, à luz dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, levando em conta as peculiaridades do caso concreto, o que não se verifica, de plano, na espécie.

No caso, nota-se o transcurso de pouco mais de 3 meses desde a última impetração feita pela defesa, em favor do paciente, a respeito da mesma questão, nesta Corte. Ademais, para fins de verificação de eventual constrangimento ilegal por excesso de prazo no julgamento de apelação, deve-se dar especial atenção à expressiva quantidade de pena imposta ao paciente na condenação pelo Tribunal do Júri - 16 anos de reclusão - bem como ao fato de que ele permaneceu preso durante todo o procedimento especial da segunda fase do Tribunal Popular.

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, para se aferir a existência de constrangimento ilegal, valendo ressaltar que o pedido liminar se confunde com o próprio mérito

Superior Tribunal de Justiça

da impetração, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do *habeas corpus* pelo colegiado da Quinta Turma.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Solicitem-se, **com urgência**, informações ao Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, inclusive o envio da senha para acesso aos dados processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator